

Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba – São Paulo: uma análise das propostas da população e sua distribuição espacial

José Diego Gobbo Alves¹
Roberto Donato da Silva Júnior²

RESUMO

Esse artigo analisa as propostas apresentadas pela população na fase de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento (PDD) de Piracicaba, município localizado no interior do estado de São Paulo, e suas potências para apreender dinâmicas urbanas por meio de sua distribuição espacial e dos problemas apontados nas propostas. No total, foram analisadas 184 propostas enviadas à prefeitura municipal por meio de uma plataforma virtual, sendo classificadas em seis principais eixos temáticos: Urbano (110), Rural (3), Social (15), Econômico (11), Ambiental (19) e Mobilidade (26), das quais cerca de 40% foram mapeadas. A metodologia consistiu na sistematização e análise das propostas a partir dos eixos temáticos e o mapeamento de sua distribuição espacial. As análises apontaram para a existência de uma desigualdade espacial de equipamentos públicos e infraestruturas que estão sendo reivindicados pela população. Com base nos resultados foi possível identificar duas dinâmicas espaciais que atuam de forma concomitantes: a) uma dinâmica de reestruturação urbana alicerçada na requalificação urbana, verticalização e especulação imobiliária e b) uma segunda dinâmica associada com a ocupação das periferias da cidade, com a abertura de novos loteamentos urbanos e uma falta de infraestruturas básicas, tais como escolas, hospitais, transporte coletivo e corredores comerciais. Contribui para o campo dos estudos urbanos ao refletir de forma inicial sobre os desajustes entre a escala do planejamento urbano municipal (espaço concebido) e a escala do espaço vivido dos sujeitos.

Palavras-Chaves: Plano Diretor; Piracicaba; Distribuição espacial; Dinâmicas urbanas.

Revision of the Piracicaba Development Master Plan - São Paulo: an analysis of the population's proposals and their spatial distribution

ABSTRACT

This article analyzes the proposals presented by the population in the revision phase of the Development Master Plan (DMP) of Piracicaba, a municipality located in the state of São Paulo, and its capacity to apprehend urban dynamics through its spatial distribution and problems pointed out in the proposals. In total, 184 proposals sent to the local government using a virtual platform were analyzed, being classified into six main thematic axes: Urban (110), Rural (3), Social (15), Economic (11), Environmental (19) and Mobility (26), of which about 40% have been mapped. The methodology consisted in the systematization and analysis of the proposals based on the thematic axes and the mapping of their spatial distribution. The analyzes pointed to the existence of a spatial inequality in public facilities and infrastructure that are being claimed by the population. Based on the results, it was possible to identify two spatial dynamics that act together: a) a dynamic of urban restructuring based on urban requalification, verticalization and property speculation and b) a second dynamic associated with the occupation of the city's peripheries, with the opening of new urban subdivisions and a lack of basic infrastructure, such as schools, hospitals, public transport and commercial corridors. It contributes to the field of urban studies by initially reflecting on the mismatches between the scale of local urban planning (conceived space) and the scale of the subjects' lived space.

Keywords: Master Plan; Piracicaba; Spatial Distribution; Urban Dynamics

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/NEPAM). E-mail: jdgooboalves@gmail.com

² Doutor em Ambiente e Sociedade, Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/FCA). E-mail: roberto.junior@fca.unicamp.br

Introdução

A luta pela Reforma Urbana no Brasil a partir da segunda metade do século XX culminou em avanços significativos para o planejamento urbano e municipal, principalmente, no quesito de legislação de ordenamento e uso do solo, com destaque para a cidade de Porto Alegre que implantou o Orçamento Participativo (MARICATO, 2015). O movimento e a participação da população no processo de tomada de decisão foi um importante avanço, pelo menos, para lançar luz nos problemas urbanos cotidianos de diferentes grupos sociais a partir das suas próprias vozes.

O Estatuto da Cidade consolidou os instrumentos para o ordenamento e a gestão urbana presentes desde a Constituição de 1988, bem como as instâncias da participação popular na constituição do planejamento urbano municipal (BRASIL, 2001). O Estatuto agrega um conjunto de instrumentos para o ordenamento territorial, estes a serem regulamentados desde 1988, reafirmando a valorização do local e a participação da sociedade civil nos processos decisórios (RIBEIRO, 2009), tornando-as obrigatórias na elaboração de todos os Planos Diretores de municípios com mais de vinte mil habitantes.

A produção e apropriação do espaço urbano por meio de agentes hegemônicos e não-hegemônicos resultam em tensões e disputas entre os agentes que concebem e os que vivem esses espaços, refletindo em uma materialização desigual de infraestruturas, habitações, segurança, urbanidades³, entre outros (CORRÊA, 1989; SCHMID, 2012; ALVES, 2019). Os desajustes entre o planejamento urbano na escala macro de um Plano Diretor e a falta de equipamentos e infraestruturas básicas na escala do vivido (rua, bairro, comunidade) implica em movimentações socioespaciais que reivindicam o direito ao acesso de urbanidades e evidenciam dinâmicas urbanas que devem ser consideradas para o entendimento de como as cidades vêm sendo produzidas.

Partindo da complexidade em apreender fenômenos urbanos e sua relação com o planejamento urbano e o espaço vivido dos sujeitos, esse texto propõe analisar as propostas apresentadas pela população na fase de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento (PDD) de Piracicaba⁴, município do interior do estado de São Paulo, e suas potências para apreender dinâmicas urbanas por meio de sua distribuição espacial e dos problemas apontados. Contribui para as discussões sobre o espaço e o planejamento urbano ao versar sobre como as propostas da população na elaboração do PDD lançam luz para as desigualdades espaciais existentes, bem como a dimensão multiescalar da dinâmica urbana.

³ Nos últimos anos, o conceito de urbanidade vem sendo enriquecido e ressignificado nos estudos de Arquitetura e Urbanismo. Multidimensional. O conceito ultrapassa a noção de um conjunto de infraestruturas da cidade ou a qualidade desses sistemas. Versa sobre a relação das materialidades do urbano, das práticas socioespaciais e das condições de experienciar e viver em um determinado espaço-tempo (ver AGUIAR; NETTO, 2012).

⁴ O novo PDD começou a ser revisado em 2016 e foi aprovado em dezembro de 2019.

Parte significativa das propostas analisadas nesse texto não foram colocadas em discussão nas sessões públicas pois referem-se a um estágio do processo de revisão do PDD anterior às discussões na Câmara municipal. No caso piracicabano, legalmente as propostas apresentadas pela população só entram em pauta nas plenárias oficiais quando apresentadas como emendas por algum vereador ou vereadora do município, isto é, um intermediário. As emendas podem surgir de a) a partir das demandas da população na plataforma disponível pela prefeitura, b) a partir de demandas das associações de bairros e organizações da sociedade civil ou c) de agentes hegemônicos como o setor imobiliário, da construção civil, da indústria, agricultura, entre outros.

Contudo, apesar das discussões públicas que ocorreram no ano de 2019 não abrangerem todas as propostas apresentadas pela população, entende-se que estas constituem-se como uma fonte de dados empíricos importante para pensarmos os tipos de demandas da população calcadas na historicidade e heterogeneidade que o espaço urbano municipal apresenta e, portanto, para além de reivindicações políticas trazem indícios geográficos e histórico da produção e apropriação do espaço no município.

Além dessa introdução, o artigo apresenta de forma sistemática a metodologia adotada para a coleta e análise das propostas apresentadas pela população para, posteriormente, analisá-las de acordo com os eixos nas quais se encontravam destacando os principais temas abordados. Por fim, discute-se, a partir de sua distribuição espacial, como essas propostas trazem indícios importantes para apreender dinâmicas urbanas de produção e reestruturação do espaço.

Metodologia

Foi disponibilizada pela prefeitura municipal de Piracicaba uma plataforma online⁵ onde era possível enviar propostas de emendas para o Plano Diretor de Desenvolvimento municipal que estava na fase final de revisão. Sem identificação, as propostas enviadas abrangeram uma pluralidade de temas que abarcam o cotidiano da população e os seus respectivos espaços de vida no município como um todo. Todas as propostas foram compiladas em um banco de dados destacando o eixo da proposta, a data de envio, o texto da proposta e o *hiperlink* para posterior acesso.

No total, foram enviadas 184 propostas de emendas que foram classificadas em seis eixos temáticos principais pré-determinados pela prefeitura e nos quais a população enviaram suas propostas, a

⁵ Para acessar: <http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br>. A busca e a compilação dos dados foram realizadas no mês de janeiro de 2020, data na qual todas as propostas estavam disponíveis para a consulta pública. Nos meses seguintes à coleta dos dados, a prefeitura municipal retirou da plataforma virtual a compilação das propostas enviadas pela população. Para acessar as propostas citadas no texto, utilizar os *hiperlinks* nas referências bibliográficas ou consultar os autores.

saber: Urbano (110), Rural (3), Social (15), Econômico (11), Ambiental (19) e Mobilidade (26). Essa classificação estabelecida *a priori* pela gestão municipal serviu como referência para as análises realizadas neste artigo, a fim de ter uma primeira organização geral dos temas abordados. Feito todo o levantamento das propostas, foi realizada uma análise exploratória de forma a destacar suas principais demandas em cada eixo temático, tecendo relações com o desenvolvimento urbano da cidade. Tal análise permitiu a criação de nexos teóricos e empíricos sobre os temas, dialogando com a bibliografia sobre a cidade já existente.

Além de explorar os temas e demandas da população, as propostas que possuíam um componente espacial explícito, isto é, que fossem passíveis de serem localizadas geograficamente, foram mapeadas através do *software* ArcGis, versão 10.4. Do total de propostas, 60 delas apresentaram-se em condições de serem mapeadas e o processo foi realizado a partir da identificação dos endereços de cada uma e a utilização da ferramenta de geocodificar os endereços, presente no *software* de geoprocessamento mencionado. Sendo caracterizadas de acordo com as seis categorias pré-estabelecidas, o mapeamento permitiu vislumbrar a dimensão e a distribuição espacial da mobilização da população em prol das suas demandas, bem como a pluralidade de categoriais das propostas.

Histórico do planejamento municipal e o encaminhamento das propostas para a elaboração do PDD

Um planejamento territorial preocupado com as questões sociais e ambientais pressupõe uma série de normas e instrumentos regulatórios que garantam aos sujeitos experienciar e viver na cidade de forma justa e sustentável. O Plano Diretor, concomitantemente, é a síntese e propulsor dos conflitos entre os diferentes agentes que produzem, vivem e legislam sobre território e, como tal, expressa a possibilidade de mudança e/ou a reafirmação das condições territoriais. Isto é, o Plano Diretor carrega uma historicidade de diversos conflitos materializados no território municipal e, em seu processo de aprovação e aplicação futura gera novos conflitos socioespaciais. No Brasil, casos conhecidos como o de Porto Alegre destacam-se pela participação ativa da sociedade civil no planejamento e gestão urbana (MARICATO, 2015), reafirmando a necessidade de articulação entre diferentes sujeitos e escalas socioespaciais para estabelecer as prioridades e as diretrizes para a criação de uma cidade mais socialmente justa e sustentável.

O município de Piracicaba está localizado a cerca de 150 km da capital paulista estando próximo, portando, de dois importantes centros urbanos: Campinas e São Paulo. Possui uma relevância na hierarquia urbana regional, sendo um município economicamente importante e que empresta o

nome para a Aglomeração Urbana de Piracicaba. A área urbana possui um histórico recente de falta de ordenamento territorial, tendo um crescimento espacial disperso, horizontalizado e espreado que implicou em uma mancha urbana estendida e fragmentada como já apontado em trabalhos anteriores (ALVES, 2019a). Não sendo exclusivo da cidade de Piracicaba, apesar de suas especificidades, tal característica é comumente encontrada nas cidades médias paulistas devido à (re) distribuição espacial da população e das indústrias no estado a partir da década de 1970 (SPOSITO, 2011; TRENTIN, 2012).

Historicamente, o município apresentou três momentos principais de produção da mancha urbana: o primeiro datado desde a sua fundação em 1767 até a década de 1940, caracterizado por apresentar um crescimento relativamente lento de forma parcialmente ordenada, tendo um desenvolvimento econômico baseado principalmente na produção das usinas (CRUZ, 2013; ALVES, 2019a), com uma mancha urbana estando concentrada próxima ao rio Piracicaba que compõe o atual centro da cidade. A segunda fase é caracterizada pelo crescimento rápido, periférico e descontínuo da mancha urbana, fruto das migrações, desconcentração industrial paulista e da falta de um planejamento urbano adequado, o que implicou no surgimento de novos bairros sem infraestruturas públicas básicas (MONTEIRO, 2009).

Iniciada a partir dos anos 2000, o terceiro momento traz uma nova dimensão de ocupação e consumo do espaço urbano que agrega segregação urbana (imposta e autossegregação), uso excessivo de automóveis e negação do espaço urbano típico do fenômeno de dispersão urbana presentes em diversos países (ALVES, 2019a). Como será apresentado adiante, há um aumento recente na produção de novos loteamentos residenciais distantes da área central, impulsionando a geração de vazios urbanos e reconfigurando a mancha urbana.

Até a aprovação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), os Planos Diretores municipais tinham um caráter tecnocrático e descolado do contexto de desenvolvimento urbano-regional e de crescimento espacial acelerado nos quais o município estava inserido (BRAGA, 1995). Para a elaboração do primeiro PD pós-Estatuto, o município viu-se obrigado a elaborá-lo seguindo os pré-requisitos estabelecidos pela legislação, incorporando a participação ativa da sociedade civil no processo de construção do plano. Foram realizados diagnósticos municipais a fim de subsidiar a sua elaboração e elencar os principais problemas encontrados na cidade, fruto do seu processo histórico de ocupação. Aprovado em 2006, o PD determinou as diretrizes básicas para o ordenamento territorial municipal nos dez anos seguintes⁶.

⁶ Para um aprofundamento sobre os desdobramentos da aprovação para o ordenamento territorial municipal, ver: Alves (2019a); Alves e Braga (2017).

Como estabelecido pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), os PD municipais devem ser revisados à cada dez anos desde a sua aprovação; assim, o processo de revisão do PD municipal foi iniciado em 2016 e entre meados de 2018 e 2019, o ambiente virtual da prefeitura municipal esteve aberto para o recebimento de propostas de emendas à primeira proposta de revisão do PD, recebendo 184 propostas no total. Deve ser reforçado que as propostas encaminhadas em um eixo temático não se reduzem a ele, ou seja, existem propostas enviadas no eixo do “Urbano” que poderiam ter sido alocadas no eixo ambiental, por exemplo, dada a transversalidade do problema apresentado. Ademais, as propostas não possuem identificação, podendo ter sido apresentadas por qualquer agente da sociedade civil, sendo ele agente hegemônico ou não.

O eixo rural foi o eixo que recebeu menos proposta e, mesmo em outros eixos, a questão do rural é pouco lembrada. Uma das críticas da literatura aos Planos Diretores municipais é a diminuta presença de diretrizes para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do espaço rural (MESQUITA; FERREIRA, 2017) e, portanto, a articulação política e o levantamento das demandas das famílias do espaço rural deveriam ser potencializadas. As propostas apresentadas, pautam-se nas demandas por um incentivo ao cultivo através do estímulo às cooperativas e agricultura familiar, a regularização fundiária do assentamento Agrofap no bairro Godinhos e a instalação de antenas de telefonia móvel nos bairros Ártemis, Santana, Santa Olímpia, Godinho, Anhumas e Ibitiruna, onde o sinal de telefonia é baixo. Apesar de ter sido alocada equivocadamente no eixo ambiental, a proposta de eficácia na segurança pública na área rural do município destaca os problemas enfrentados pela população com a falta de segurança pública na área.

As propostas ambientais recebidas possuem uma diversidade interessante e versa em defesa de uma cidade mais ambientalmente sustentável. Questões de direito animal como o mercado de animais domésticos e o incentivo à continuidade da atuação de Organizações Não-Governamentais (ONGs) de proteção animal são demandas propostas e refletem o processo de conscientização recente acerca dos direitos dos animais.

Outros temas relacionados à questão ambiental foram levantados, tais como a questão dos resíduos sólidos e o seu descarte indevido, bem como a necessidade de criação de ecopontos e o melhoramento no saneamento básico nas áreas rurais e urbanas do município. A questão da arborização foi lembrada em diversas propostas que defendiam o estímulo à arborização na cidade, aliada com o melhoramento das calçadas e o aumento de parques lineares. A arborização urbana é um tema extremamente relevante no contexto de mudanças climáticas, haja vista que a criação de um complexo de infraestrutura verde tende atenuar o fenômeno de ilha de calor potencializado pelo aquecimento global (FRANCO; OSSE; MINKS, 2013).

No eixo social o que predomina são as demandas por infraestruturas de ensino, saúde e segurança. As propostas destacam a necessidade de construção de postos de saúde nos loteamentos recentes da cidade que foram construídos distantes das áreas já ocupadas, em um local sem nenhuma infraestrutura prévia, como no caso dos loteamentos Piracicaba I, II e III e nos conjuntos habitacionais Ipês Branco, Amarelo e Roxo. Outra demanda antiga da população é a urbanização das favelas e a regularização dos imóveis. Atualmente, tem-se 58 áreas de favela e que necessitam de melhorias na infraestrutura básica que foram diagnosticadas pelo Plano Diretor (PIRACICABA, 2019), tais áreas apresentam-se na estrutura urbana desde meados do século passado e ainda não foram regularizados (MONTEIRO, 2009).

Questão presente no eixo social, mas relacionada com outros eixos é a proposta da criação do parque ecológico Lagoa Santa Rosa, como colocado no texto da proposta:

As imobiliárias no início dos loteamentos do bairro Santa Rosa, como era distante do centro e ninguém queria morar no bairro porque não havia nada, fizeram propaganda que as pessoas que comprassem terreno teriam direito há um clube, chegaram a registrar em cartório, mais parece que estas regras quando são favoráveis a população parece que não tem validade, só quando é favorável as pessoas que têm poder financeiro, porque será? Será que estes bens podem corromper pessoas que deveriam manter o que é justo e certo? Por que o clube no começo do loteamento existia e depois que foram vendidos a maioria dos lotes pegaram tratores fecharam as entradas e abandonaram o clube? Porque não podemos criar um clube como o parque Náutico de Araraquara e outros para oferecer espaço de lazer a população, neste espaço poderíamos oferecer cultura e espaço para diversos esportes de futebol, tênis, corrida e caminhada, ciclismo, esportes aquáticos, golfe, tênis de mesa, e atividades turísticas como observação de pássaros, e até um departamento da Esalq para um curso futuro de veterinária (PIRACICABA, 2018e).

Para além da reivindicação da criação do parque ecológico no bairro, o excerto destaca a atuação do setor imobiliário, um dos agentes hegemônicos responsáveis pela produção do espaço urbano, como destacado por Côrrea (1989). O bairro Santa Rosa foi inaugurado há cerca de 30 anos e a criação do parque ecológico foi um dos instrumentos utilizados para a tornar o novo bairro mais atrativo para a população. O *Santa Rosa Country Club*, estava em cláusula do contrato de compra e venda realizado pelo mercado imobiliário e programado para ser construído ao redor da lagoa do Santa Rosa (PIRACICABA, 2007). Foi realizado um abaixo-assinado dos moradores dos bairros adjacentes no ano de 2007 para a desapropriação da área e entregue ao governo local, mas até a presente data o impasse continua (PIRACICABA, 2007).

No eixo econômico foram onze propostas apresentadas pela população, desse total oito estão relacionadas com a disputa na forma de uso da Avenida Suíça, localizada no bairro Jardim Europa, situação que irá se repetir no eixo “Urbano” e que será discutida a seguir. Das propostas restantes,

uma versa sobre o tamanho dos lotes, colocando como um mínimo de quinhentos metros. A área dos lotes varia de acordo com a classificação territorial presente no zoneamento municipal e as características territoriais. Oficialmente, o tamanho mínimo encontrado no município é de 200 m² na macrozona de contenção urbana (PIRACICABA, 2019).

Porque encontramos tantos terrenos de meio lote, em um país e uma cidade tão grande. Uma área maior de 500 metros iria propiciar os moradores a cuidar criando horta e animais como frangos. Isto iria diminuir o número de pessoas que hoje não tem uma atividade remunerada, com esta atividade poderiam ajudar em casa e até diminuir a violência doméstica, pois como diz o ditado: Cabeça vazia oficina do diabo. É lógico precisaria haver fiscalização e capacitação a estas pessoas, mas isto seria extremamente viável financeiramente, socialmente e de fácil execução. (PIRACICABA, 2018f)

As outras duas versam sobre a) remodelação do aeroporto de Piracicaba que necessita de reformas pois, além da questão econômica de carga e descarga de mercadorias, é um ponto turístico frequentado pelos piracicabanos e moradores da região. E, b) a regularização do corredor comercial no bairro Santa Rosa, visando estabelecer diretrizes de ordenamento territorial.

O eixo urbano foi o que recebeu mais propostas, entretanto, como já foi mencionado, grande parte das propostas estão relacionadas à forma de uso da Avenida Suíça, como visto no eixo econômico. Do total das propostas enviadas, cerca de 60% possui relação com a avenida. A disputa está em torno de transformar a Avenida Suíça, de caráter residencial segundo o antigo Plano Diretor de 2006, em uma avenida de caráter comercial ou de uso misto (residencial e comercial).

Os argumentos em favor da transformação da avenida Suíça em um corredor comercial, utilizam um abaixo assinado protocolado no Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP) no qual defendem que 87% dos residentes são favoráveis a transformação da avenida em um corredor comercial. As propostas colocam que a mudança irá incentivar o comércio na avenida para atender os moradores, melhorando a segurança e diminuindo os imóveis vazios com a facilitação da locação e venda. Segue um dos exemplos de proposta apresentada:

A Avenida Suíça tem 53 imóveis dos quais 87% são a favor da modificação para uso misto, ou seja, uso residencial e comercial. O comércio será com restrições, como dito na matéria publicada pelo Jornal Gazeta de Piracicaba em 13 de julho de 2018. O intuito é a alocação de clínicas médicas, consultórios odontológicos, escritórios de advocacia, engenharia, consultoria, entre outros, ou seja, comércio de baixo impacto e que trazem bem-estar para toda a população de Piracicaba. Já existem comércios na via: escritório de engenharia, imobiliária, casa de repouso, consultório de fisioterapia etc. Hoje, aproximadamente 20% dos imóveis da rua estão desocupados, pois não ninguém mais tem interesse em residir ali. Isso é ruim para a sociedade e para a cidade, pois traz retardamento econômico e deixa o bairro com um aspecto feio e ruim. Vivemos em uma Democracia, não há o que ser discutido a partir do momento em que 87% dos moradores e proprietários são a favor da mudança (PIRACICABA, 2018b).

O bairro Jardim Europa é um dos mais tradicionais da cidade e concentra grupos sociais de média e alta renda, o que reflete na arquitetura das casas, no uso do espaço, nos serviços especializados presentes (clínicas médicas, escolas de idiomas, escritórios, entre outros) e nos novos serviços que querem que sejam atraídos, como apontado no excerto. Isto é, são serviços especializados que não atenderão os residentes constantemente, haja vista que não são consumidos com frequência.

Já os argumentos contra a criação do corredor na Avenida Suíça, pautam-se na ideia de que a mudança irá intensificar a especulação imobiliária do bairro, alterando os aspectos arquitetônicos característico. Além disso, parte dos moradores defendem que em um raio de um quilômetro da Avenida Suíça, existem diversos corredores comerciais, bem como lojas, mercados e padarias, o que não justificaria a transformação da Avenida. Segue uma proposta apresentada que busca defender a permanência da avenida como estritamente residencial.

Recentemente, a rua Samuel Neves foi transformada em corredor comercial, com restrições que não foram respeitadas. Já tem dois elefantes brancos lá, um embargado pela prefeitura pois nunca respeitou o projeto aprovado na prefeitura e ou outro embargado via judicial pois a pessoa se propôs a fazer um escritório e de repente virou um barracão com 4 andares. Esta estória de restrição para permitir apenas escritórios, clínicas etc. é conversa fiada pois ninguém respeita sem citar o fato de que na avenida suíça já existe um hospital / asilo que causa enormes transtornos para os vizinhos e só não foi interditado e lacrado por estar funcionando com liminar. há atualmente repúblicas na avenida Suíça e as duas únicas que já existiram por lá são em imóveis de quem certamente os comprou para ganhar dinheiro, pouco se importando com a vizinhança. Melhor acabar com o que tem de errado do que dar chance para especulação. A avenida Suíça não tem vocação comercial, possui apenas 4 quadras e é vizinha da avenida Carlos Botelho, lá tem diversos imóveis vazios para comércio. Jardim Europa e cidade jardim são bairros residenciais conforme registro cartorial e de conhecimento pleno de quem aqui adquiriu terrenos e construiu ou de quem comprou casas prontas (PIRACICABA, 2018c).

O veículo de comunicação aberto pela prefeitura para receber as propostas da população, tornou-se uma arena de disputa para definição de qual é a melhor forma de uso da avenida. Tal proposta foi apresentada como uma emenda ao PDD pelo vereador José Aparecido Longatto (PSDB), no qual foi aprovada e a avenida foi transformada em um corredor comercial de baixo impacto ⁷(PIRACICABA, 2019).

Outros temas urbanos foram abordados nas propostas, tais como: tombamento de patrimônios arquitetônicos em bairros históricos, construção e melhoramento da qualidade de equipamentos públicos, vazios urbanos, macrozoneamento municipal, distância mínima entre casas e novos

⁷ Corredor Comercial de Baixo Impacto é uma área (rua ou avenida) com restrições quanto ao uso do solo: tamanho do lote, taxa de permeabilidade e de ocupação, altura das edificações, horário de funcionamento e serviços não incômodos tais como serviços pessoais, profissionais especializados e de uso pessoal-residencial (PIRACICABA, 2019).

prédios residenciais, regularização e urbanização de favelas, melhoramento de calçadas, entre outros. Essa pluralidade de temas reforça que a população reivindica por melhorias na cidade não só de cunho econômico, mas também por melhores condições para viver e experimentar a cidade. Por fim, o eixo de mobilidade recebeu propostas de construção de ruas e avenidas, bem como o melhoramento da infraestrutura já existente, principalmente, as rotatórias da cidade. Também foram destacadas a necessidade de melhorar o transporte público e expandir as ciclovias na cidade:

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas de forma que no mínimo 10% das vias tenham implantados estes sistemas viários, mesmo que para isto seja necessário a retirada de uma faixa de rodagem das ruas ou a retirada de áreas de estacionamento, sendo vetada a construção desses equipamentos sobre as calçadas (PIRACICABA, 2018d).

Nos estudos que abordaram a temática das ciclovias, foi identificado que o sistema cicloviário do município estava restrito aos bairros de renda mais elevada, próximo ao Rio Piracicaba e tendo uma característica voltada ao lazer e esportes e não como um meio de transporte eficiente e sustentável (ALVES, 2019b). As propostas sobre ciclovias entendida como um meio de transporte para o trabalho e outras atividades do cotidiano, indicam que a população está se conscientizando sobre a importância de outros meios de deslocamento, sem ser o automóvel e o transporte público deficitário para as atividades do cotidiano e a melhoria ambiental. O Quadro 1 a seguir traz uma síntese de todos os temas abordados nas propostas analisadas.

Quadro 1: Principais temas das propostas enviadas organizadas nas seis categorias adotadas

Social	Ambiental	Rural	Econômico	Mobilidade	Urbano
<ul style="list-style-type: none"> • Infraestruturas - Escolas - Postos de saúde - Centro comunitário - Áreas de lazer e esportes • Segurança pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Parque ecológico • Resíduos Sólidos • Arborização Urbana • Saneamento básico • Criação de ecopontos • Conservação das nascentes municipais • Preservação de áreas verdes • Uso de energias renováveis • Requalificação de áreas verdes urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo ao cultivo rural • Segurança Pública • Regularização fundiária • Infraestruturas (antenas de comunicação) • Uso do solo rural 	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração no zoneamento • Criação de corredores comerciais • Requalificação do Aeroporto municipal 	<ul style="list-style-type: none"> • Transporte coletivo - Integração urbana - Aumento da frota - Reforma dos terminais • Ciclovias • Pavimentação urbana • Alterações nas vias de acesso - Pavimentação - Rotatórias - Lombadas - Aumento de faixas • Aumento no fluxo de veículos motorizados 	<ul style="list-style-type: none"> • Urbanização de favelas • Vazios urbanos • Preservação dos Patrimônios históricos • Verticalização • Ordenação e zoneamento urbano • Regularização urbana • Outorga Onerosa • Proibição de loteamentos fechados • Criação de corredores comerciais • Alterações no uso do solo urbano

Fonte: Piracicaba, 2018; 2019. Elaborado pelos autores.

Distribuição espacial das propostas e dinâmicas urbanas

Como mencionado anteriormente, foram mapeadas todas as propostas que continham uma informação espacial explícita, ou seja, as propostas que indicavam mudanças em equipamentos públicos ou em uma rua, avenida ou bairro, não sendo mapeadas propostas repetidas com a mesma temática. Propostas como “intensificar a arborização urbana na periferia” (PIRACICABA, 2018), devido a abrangência geográfica não foi possível destacá-la pontualmente no espaço, sendo discutida apenas no item anterior que traz uma análise dos principais temas abordados na proposta. No total foram mapeadas 60 propostas, o que representa cerca de 40% do total. No mapeamento foi mantida a categorização adotada pelo poder público municipal sendo: Ambiental, Econômico, Mobilidade, Social e Urbano (Figura 1). O objetivo do mapeamento foi o de apreender a dimensão espacial das propostas e analisá-las de modo que auxilie na explicação dos movimentos de produção e apropriação do espaço urbano no município.

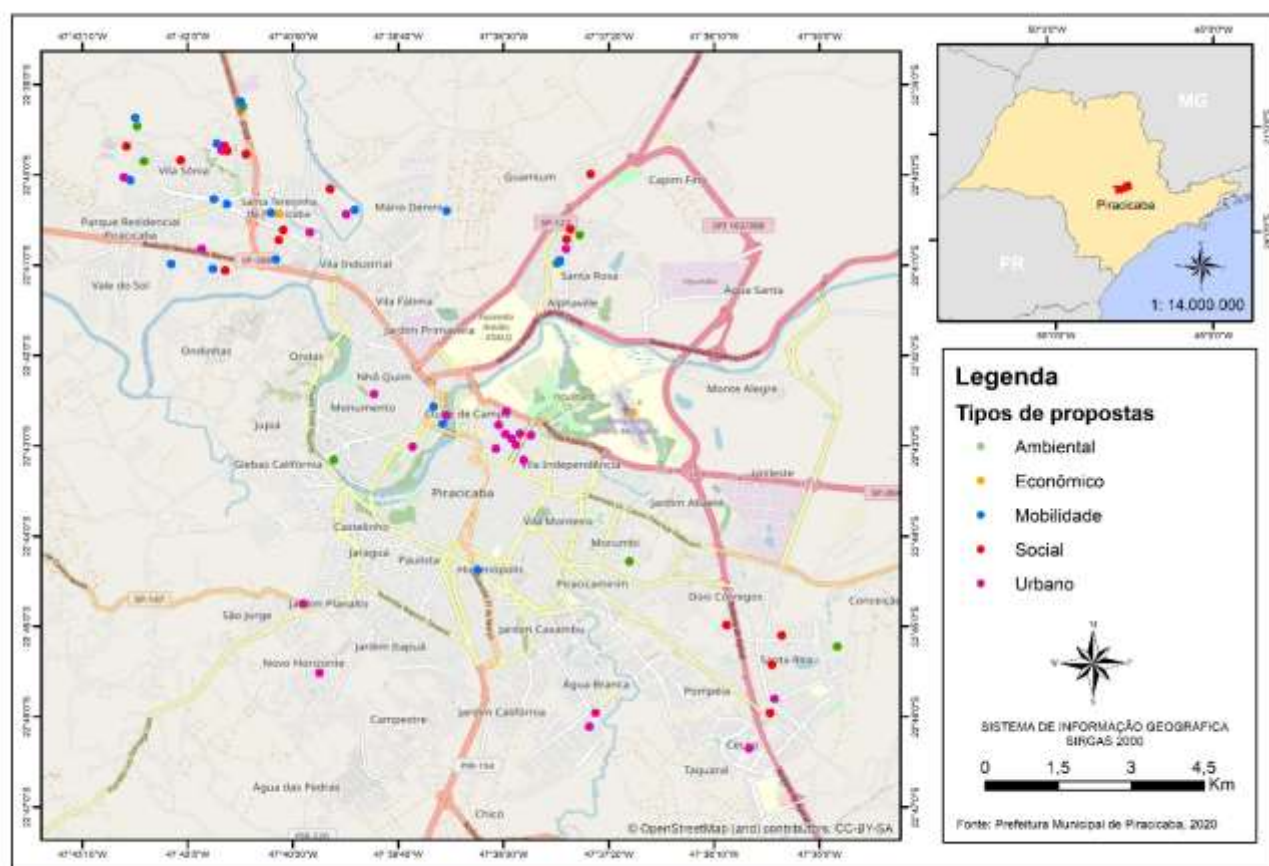


Figura 1: Mapeamento das propostas feitas pela sociedade civil no processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento do município. Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

A partir da espacialização das propostas é possível notar que há uma distribuição desigual nas demandas apresentadas pela população. Há uma significativa concentração nas áreas mais periféricas da cidade e uma menor concentração na área central, o que já indica a existência de uma diferenciação espacial nas infraestruturas públicas na cidade, como abordaremos aqui. Além da

quantidade, a tipologia das propostas também varia espacialmente. Enquanto nas áreas mais centrais predominam as demandas de caráter Urbano e de Mobilidade, nas áreas mais periféricas todas as cinco categorias mapeadas aparecem.

O aglomerado de propostas na área central de Piracicaba justifica-se a partir da repetição da estrutura de proposta enviada diversas vezes, mas utilizando nome de ruas e avenidas diferentes. Ou seja, apenas alterando o nome da rua ou avenida, uma mesma proposta foi enviada várias vezes, todas pedindo a alteração da característica residencial de uma rua ou avenida para um corredor comercial. Nesse sentido, as demandas colocadas não partem de uma falta de equipamentos públicos ou infraestruturas, mas sim de interesses por uma reestruturação urbana a partir da atração de pequenos e médios negócios.

Os bairros da área central e do seu entorno próximo são áreas marcadas pela forte presença de grupos sociais de média e alta renda e nos últimos dez anos vem passando por processos de especulação imobiliária com a criação de diversos empreendimentos residenciais e comerciais que estão impactando a paisagem desses bairros. Para viabilizar a especulação imobiliária na área central e no entorno foram realizadas alterações no plano diretor municipal de 2006, elevando o Coeficiente de Aproveitamento (C.A) que flexibilizou e reconfigurou a forma de ocupação territorial em áreas de significativo interesse ambiental, patrimonial e cultural, como nas margens do rio Piracicaba (OTERO, 2014). A Figura 2 a seguir ilustra a tipologia de empreendimentos residenciais construído na área central e adjacências.



Figura 2: Empreendimento residencial inaugurado recentemente no bairro São Dimas – Piracicaba. Fonte: Os autores, 2020.

O empreendimento residencial localizado na rua Doutor Paulo Pinto (Figura 2) faz parte da área na qual está concentrado as propostas de transformação em corredor comercial, inclusive foram enviadas propostas para transformar a rua em um corredor comercial. As transformações ocorridas nessa área apresentam uma dinâmica de reestruturação urbana por meio de processos de verticalização, requalificação urbana, mudança no uso do solo e especulação imobiliária, o que é reafirmado pela tipologia de propostas apresentadas, ou seja, propostas de caráter de reestruturação do uso do espaço urbano. Arelado ao mercado imobiliário, a área está passando por um processo ainda maior de valorização o que reflete nos preços dos imóveis, podendo chegar a cerca de um milhão de reais por apartamento, tal como o do empreendimento mostrado na Figura 2.

A área Norte da cidade (quadrante noroeste da Figura 1) é a área em que mais apresentou demandas de todas as categorias. Isso ocorre devido ao processo recente de crescimento espacial da cidade nessa área, com a abertura de diversos loteamentos residenciais impulsionado pelo programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida. Além da área norte, o quadrante nordeste da mancha urbana também apresentou um expressivo aumento de novos loteamentos residenciais

sendo que no município como um todo, entre 2006 e 2016, foram aprovados 84 novos loteamentos (OTERO, 2011; ALVES; BRAGA, 2017). A Figura 3 apresenta a expansão da mancha urbana na área norte da cidade utilizada como exemplo para ilustrar tal expansão da mancha urbana.

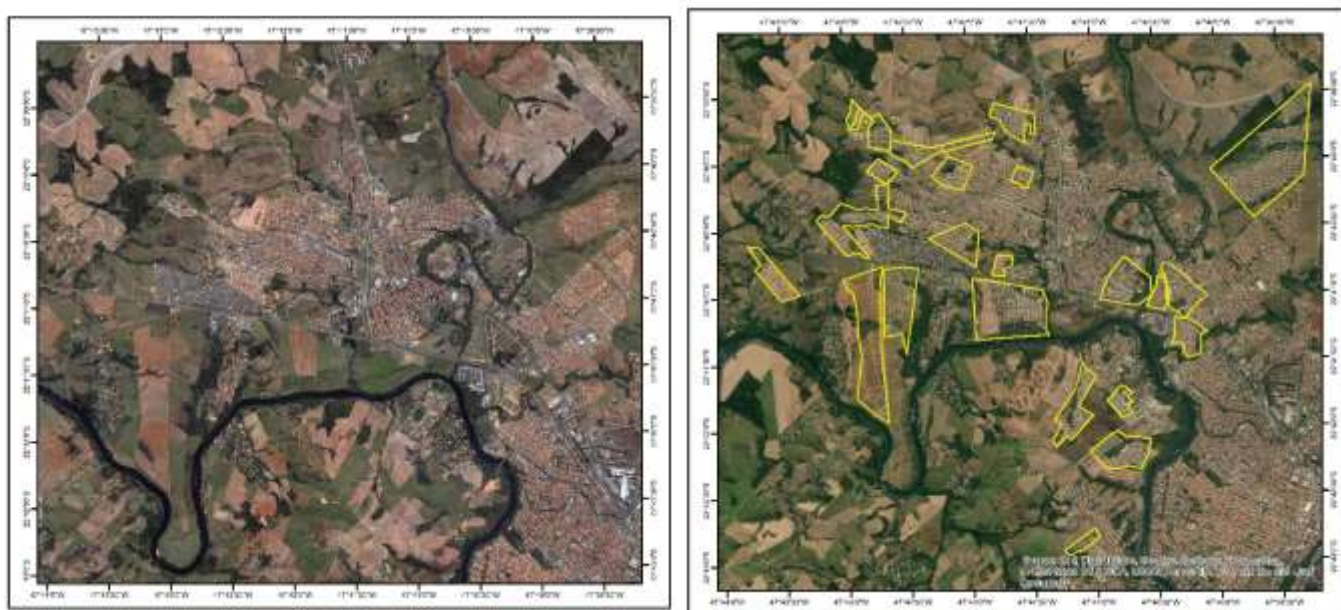


Figura 3: Ocupação urbana em 2005 na área norte da mancha urbana (imagem *esquerda*) e loteamentos criados na área de 2005 a 2020 (imagem *direita*). Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

As imagens de satélite na figura anterior mostram o expressivo aumento da mancha urbana nos últimos quinze anos, aumento este impulsionado pela abertura de novos loteamentos na área norte. Associando com o número e o tipo de propostas apresentadas pela população distribuídas na área, é possível identificar que é uma área que está em um efervescente processo de apropriação e produção do espaço, o que resulta em propostas que buscam novas infraestruturas e urbanidades, diferente da dinâmica de reestruturação observada na área central e mencionada anteriormente. Além da dinâmica recente de criação de novos loteamentos, a área possui um histórico de crescimento espacial desordenado que data da segunda metade do século XX e que carece de infraestruturas básicas em alguns espaços.

Nesse sentido, observa-se duas principais dinâmicas concomitantes a partir das propostas da população: a) uma primeira dinâmica associada à reestruturação de um espaço urbano já historicamente consolidado e que nos últimos anos vem passando por processos de requalificação, verticalização e mudanças no uso do solo e, concomitantemente, b) uma segunda dinâmica associada com a ocupação das periferias da cidade, com a abertura de novos loteamentos urbanos e uma falta de infraestruturas básicas, tais como escolas, hospitais, transporte coletivo, corredores comerciais, entre outras. Contudo, salienta-se que a expansão de novos loteamentos, sobretudo na área norte da mancha urbana, tem gerados conflitos e demandas que se somam aos conflitos já

existentes de um espaço que, apesar de sua historicidade, ainda carece de infraestruturas. Ambas as dinâmicas estão articuladas no espaço urbano e indicam movimentos de transformação que estão articulados geograficamente, porém, com historicidades e desigualdades expressadas no território.

Considerações Finais

O propósito do artigo foi analisar as propostas encaminhadas pela população na etapa de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento (PDD) municipal e as suas potências para apreender dinâmicas urbanas por meio de sua distribuição espacial e os temas apontados. Foram analisadas as 184 propostas apresentadas pela população à comissão do PDD, nas quais foram classificadas previamente nos eixos: Urbano (110), Rural (3), Social (15), Econômico (11), Ambiental (19) e Mobilidade (26). Foi observado uma pluralidade de temas elencados que destacam problemas e demandas que fazem parte do cotidiano dos espaços dos quais os sujeitos vivem, o que demonstra um movimento interessante de percepção das desigualdades e deficiências de equipamentos públicos, bem como o de reivindicação por melhorias urbanas.

A análise espacial mostrou uma concentração e maior pluralidade das propostas na área norte da cidade, possivelmente justificada pela história da ocupação desordenada desses bairros e a atual expansão imobiliária nessa área, gerando novos loteamentos residenciais e uma falta de infraestruturas e equipamentos público. Já na área central existe uma homogeneidade maior das propostas devido à replicação do pedido de transformação de ruas e avenidas residenciais em corredores comerciais. Por fim, no quadrante sudeste as demandas mapeadas concentram-se na categoria “social” com reivindicações de equipamentos públicos como escolas, centros médicos e áreas de lazer e esporte.

Os resultados encontrados trazem indícios de duas dinâmicas socioespaciais que estão ocorrendo concomitantemente na área urbana, sendo a) uma dinâmica de reestruturação do espaço urbano na área central da cidade e em seu entorno próximo, na qual é possível observar um processo de requalificação urbana atrelada à especulação imobiliária e b) uma dinâmica de disputa territorial com o crescimento da mancha urbana acelerado nas áreas periféricas da cidade. Apesar de termos utilizado a área norte como exemplo dessa expansão urbana nos últimos quinze anos, tal crescimento está ocorrendo em todas as regiões periféricas da cidade com empreendimentos residenciais de diversas faixas de renda.

Tais achados lançam luz para a necessidade de articulação entre a escala da política urbana no nível municipal, no que tange ao planejamento e ordenação territorial e a escala do espaço vivido pela

população, espaço esse que apresenta uma falta de equipamentos públicos básicos do cotidiano. Além disso, indica a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as tensões e disputas entre essas duas dimensões da política urbana e as duas dinâmicas urbanas apresentadas, o que requerem uma análise da pluralidade de agentes que produzem e se apropriam do espaço urbano, bem como de suas ações e articulações.

Referências

- AGUIAR, D.; NETTO, V. (Org.) **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- ALVES, G. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, 23(3), 551-563, 2019
- ALVES, J.D.G. DISPERSÃO URBANA E A ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO EM CIDADES MÉDIAS: REFLEXÕES A PARTIR DA CIDADE DE PIRACICABA/SP. **GEOFRONTER**, v. 2, p. 104-124, 2019a
- ALVES, J. D. G. **MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E AS REDES CICLOVIÁRIAS DOS MUNICÍPIOS DE PIRACICABA E RIO CLARO (SÃO PAULO)**. In: II Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e XIV Seminário de Pós-Graduação em Geografia da Unesp Rio Claro – Rio Claro, 2019b.
- ALVES, J. D. G.; BRAGA, R. Zoneamento urbano e loteamentos recentes na cidade de Piracicaba. **Estudos Geográficos (UNESP)**, v. 15, p. 17-33, 2017.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei Federal 10.257. 10 de julho de 2001
- BRAGA, R. **O Estatuto da Cidade como instrumento de Desenvolvimento Sustentável para as Cidades Brasileiras: possibilidades e limites**. In: PLURIS 2012: 5o Congresso Luso Brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado e sustentável. Anais... Brasília: UNB, 2012.
- BRAGA, R. **PLANO DIRETOR MUNICIPAL: TRÊS QUESTÕES PARA DISCUSSÃO**. CADERNO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO (Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP), Presidente Prudente, vol 1, n. 1, agosto de 1995, pp. 15-20.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. Editora ática S.A. São Paulo, 1989.
- CRUZ, D. R. L. C. **Análise da expansão urbana da cidade de Piracicaba no período de 2006 – 2011**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro. 2013.
- FRANCO, M.; OSSE V. C.; MINKS, V. Infraestrutura verde para as mudanças climáticas no C40. **Revista LABVERDE**, (6), 220-235, 2013 <https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.v0i6p220-235>
- INSTITUTO PÓLIS. **Relatório 1 – Leitura Técnica e Participativa. Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba**. Piracicaba: Pólis, 2003.
- MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. Ed: Expressão Popular, São Paulo, 2015.

MESQUITA, A. P.; FERREIRA, W. R. O RURAL NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL: perspectivas e possibilidades a partir do Plano Diretor Municipal. **Revista Equador**, v. 6, p. 20-39, 2017.

MONTEIRO, T. V. A. **Contributo para a reabilitação sócio territorial de favelas**. Universidade de Aveiro, 2009

OTERO, E. V. **Expansão Urbana no Município de Piracicaba entre 2000 e 2010: Políticas Públicas e Atividade Imobiliária**. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro. 2011

OTERO, E. **Interesses Imobiliários e Flexibilização da Legislação Urbanística de Proteção da Orla do Rio Piracicaba**. In: III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, 2014, Belém/PA. Belém: UFPA, 2014

PIRACICABA. **A favor do uso comercial da Avenida Suíça**. 2018a Disponível em: <http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/proposta/a-favor-do-uso-comercial-para-avenida-suica/>. Acessado em: 19/01/2020

PIRACICABA. **A favor do uso comercial para a avenida suíça**. 2018b Disponível: <http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/proposta/a-favor-do-uso-comercial-para-avenida-suica/>. Acessado em: 20/01/2020

PIRACICABA. **Avenida Suíça Residencial**. 2018c Disponível em: <http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/proposta/avenida-suissa-residencial/>. Acessado em: 20/01/2020

PIRACICABA. **Ciclovias**. 2018d. Disponível em: <http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/proposta/ciclovias/> Acessado em: 20/01/2020

PIRACICABA. **LAGOA DO SANTA ROSA – PARQUE ECOLÓGICO**. 2018e. Disponível em: <http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/proposta/lagoa-do-santa-rosa-parque-ecologico/>. Acessado em: 20/01/2020

PIRACICABA. **Moradores pedem desapropriação de área da Lagoa do Santa Rosa**. 05/05/2017. Disponível em: <http://www.piracicaba.sp.gov.br/moradores+pedem+desapropriacao+de+area+da+lagoa+do+santa+rosa.aspx>. Acessado em: 18/01/2020

PIRACICABA. **LEI COMPLEMENTAR Nº 405, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019: Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba (PDD)**. 2019. Disponível em: http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/Lei-Complementar-405_2019-Plano-Diretor-de-Desenvolvimento-de-Piracicaba.pdf. Acessado em: 12/05/2020

- PIRACICABA. **Popularização de loteamentos maiores de 300 a 500 metros no perímetro urbano.** 2018f. Disponível em: <http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/proposta/popularizacao-de-loteamentos-maiores-de-300-a-500-metros-no-perimetro-urbano/>. Acessado em 20/01/2020
- SANTOS, M. **Técnica, espaço tempo, globalização e meio técnico-científico informacional.** 2a ed. São Paulo, Hucitec, 1996
- SCHMID, C. A TEORIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE HENRI LEFEBVRE: EM DIREÇÃO A UMA DIALÉTICA TRIDIMENSIONAL. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, 16(3), 89-109, 2012.
- SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais.** In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios. São Paulo; Contexto, 2011. p.123-145
- TRENTIN, G. **Dimensão fractal, dinâmica espacial e padrões de fragmentação urbana de cidades médias do estado de São Paulo.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2012.